

Monteiro Lobato, "jornalista"

Thiago Alves Valente

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VALENTE, TA. *Monteiro Lobato nas páginas do jornal: um estudo dos artigos publicados em O Estado de S. Paulo (1913-1923)* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 254 p. ISBN 978-85-7983-107-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

3

MONTEIRO LOBATO, "JORNALISTA"

“Saiu no Estado mais uma escuridão minha. Ainda é produto do Lobato francês em transição. O Lobato limpo com cacos de telha e potassa cáustica, desgafado da sarna gálica, esse ainda não veio a público porque o Estado não é o picadeiro conveniente.”

(A barca de Gleyre)

Em 12 de novembro de 1914, viria a público o artigo “Uma velha praga”, considerado um marco da produção de Lobato no meio jornalístico. Se o artigo alcançou maior repercussão do que os textos escritos até então, deduzir que o escritor tenha “entrado” para o jornalismo somente a partir do sucesso de 1914 não é somente desconsiderar toda sua vivência anterior com o veículo jornalístico, mas também esquecer a desenvoltura com que há tempos transitava no meio editorial.

Isso aparece, por exemplo, numa carta de 30 de abril de 1914, enviada a Rangel – isto é, antes mesmo da publicação de “Uma velha praga”: “Quanto aos *Legionários*, se esse romance ainda não foi publicado a culpa é só tua, Rangel, que recorres a estranhos em vez de à prata da casa. Manda-me isso, que tenho elementos para fazer que

saia num dos diários de S. Paulo, *Estado, Correio, Comércio*” e insiste, “manda-mo que sairá, já, já, já. R. Manso é um lorpa (e parece-se comigo, dizes – que lástima!)” (ABG, 1957, p.351 – I).

Ter “elementos” para fazer circular um texto equivale, obviamente, a ter influência no meio jornalístico. Marcando o próprio espaço, também passa a assinar de modo mais reconhecível, o que comenta em carta de 7 de junho do mesmo ano, afirmando que “a propósito, escrevi um artigo no *Correio Paulistano*, a primeira coisa na vida que assinei com meu nome inteiro” (ibidem, p.360 – a I).

Sobre a publicação de “Uma velha praga”, Lobato afirma a Rangel, em carta de 22 de novembro de 1914, que, junto com Purezinha, não viram nada que provocasse “o entusiasmo dos paulistas” (ibidem, p.366 – I). Vendo ou não algo de interessante em seu artigo, o que pode ser depreendido dos comentários do autor, é que houve uma circulação significativa do texto entre os meios jornalísticos da época. Isso fica mais evidente em carta de 16 de janeiro de 1915, abordando a publicação de “Urupês” que ocorrera em 23 de dezembro em *O Estado de S. Paulo*: “Conheces o Cornélio Pires? Contradiz-me num jornal de S. Paulo. É um dos D. Magriços do caboclo Menino-Jesus. Frágeis demais os argumentos; mais que isso – tolos. A *Velha Praga* não cessa a peregrinação”. Enumera o escritor: “Já foi transcrita em sessenta jornais, conforme me informa o Sinesio Passos, redator dum jornal de Guaratinguetá. Acho muito, e se o consigno é para frisar a ignorância em que andamos nós mesmos: a menor revelação da verdade faz o público arregalar o olho” (ibidem, p.10 – II).

Considerando que dos sessenta jornais boa parte eram publicações pequenas, que transcreviam parte da matéria de periódicos maiores como *O Estado*, e que dentre os maiores possivelmente Lobato tivesse acesso à maioria, não é difícil compreender a marcha rápida de “Uma velha praga”.

Em outra carta, já de 1915 (ibidem, p.19-21 – II), demonstra seu reconhecimento na capital: “Mas estive em S. Paulo três dias e todos me falaram da minha literatura com certo calor, achando que eu sou coisas. Ouvi os elogios de pé atrás, como sempre. Quem na cara não elogia? O que vale é cochicho às costas”, tipo de comentário que

também houve: “Pinheiro é amigo e me ficou atrás do quadro, como Apeles, para pegar o que de mim dizem pelas costas. Contou-me que na sala do Nestor, no *Estado*, houve uma seria discussão sobre aquele artigo *Urupês*”. Discutem o conteúdo e todos são unânimes ao aceitar o escritor de Taubaté como uma “revelação”. “Será Rangel, que com tão pequena amostra se possa chegar a esse veredicto? E disse mais o Pinheiro que cada um me atribuía uma filiação. Um provou que eu imitava o Eça. O Armando Prado, que eu imitava o Fialho”.

É evidente que o próprio escritor se esquece de sua trajetória ou adoça as coisas para o amigo: primeiro, porque não era um desconhecido – seria, no mínimo, espantoso que uma empresa como *O Estado* não estivesse captando quem escrevia o quê na imprensa; segundo, o primeiro artigo de Lobato em *O Estado* é de 30 de outubro de 1913, “Entre duas crises” – se não passara por análise mais apurada até ali, arrisque-se a dedução, é porque seu estilo havia há muito, fosse por traduções enviadas ao jornal, fosse por “escorrências” em concorrentes, adentrado as portas de *O Estado*. O que se via em “Uma velha praga” ou “Urupês” era uma abordagem mais original, cujo discurso chamava a atenção do público.

Continua: “A maioria, porém, achou que eu me revelava pessoal e sem filiações aparentes. E disso resultou que o *Estado* vai pagar-me os artigos a 25 mil réis, logo que a folha volte à normalização financeira e se refaça dum desfalque de 150 contos que lá deu o velho gerente – foi o que ouvi”. Não perde a oportunidade de comentar que “atualmente não pagam a ninguém, razão de terem desaparecido o Silvio de Almeida, o Feliciano, o João Grave e outros. Isso são mistérios dos bastidores da nossa ‘grande imprensa’”.

A conversa se estende e retoma o objetivo de se fazer lembrado na literatura por meio do jornal: “Dizes bem quanto à disseminação do nome por intermédio de outras folhas. Isto é como eleitorado. Escrevendo no *Estado*, consigo um corpo de 80 mil leitores, dada a circulação de 40 mil do jornal e atribuindo a média de 2 leitores para cada exemplar”. Para estender a amplitude de sua literatura, pensa também em introduzir-se num jornal carioca, haja vista que “ser lido por 200 mil pessoas é ir gravando o nome – e isso ajuda”. Ajudaria a

divulgar a literatura, a se tornar escritor reconhecido, a se profissionalizar. Com a divulgação, afirma, já tirara a prova de sua teoria do reconhecimento público, no atendimento realizado por um médico no Instituto Paulista, onde fora recebido de dois modos: “o primeiro, frio, indiferente, o modo de receber aos que na vida não passam de números – mas depois que dei o meu nome, a cara do homem clareou” e respondeu: “– Aquele que escreve uns belos artigos no *Estado*? E ao ter a confirmação tratou-me como *alguém*”.

Reconhecimento de jornalista, não de literato: “Veja você como para o mundo tem peso um nome que assina artigos no jornal. A gente passa de servo da gleba à classe dos senhores. O ‘senhor’ é o homem armado, que pode desta ou daquela maneira tornar-se ofensivo”. Se a desgraça na vida, afirmava Lobato, era ser inofensivo, igual às minhocas, o jornal lhes dava armas potentes para conquistar os prêmios do mundo da escrita. Por essa razão, repreende o amigo: “Por essas e outras, não concordo com o teu afastamento do jornal. Para quem pretende vir com livro, a exposição do nomezinho equivale aos bons anúncios das casas de comércio”, acrescentando-se a vantagem financeira: “e em vez de pagarmos aos jornais pela publicação dos nossos anúncios, eles nos pagam – ou prometem pagar”.

Quem mais anuncia, mais vende. Sentencia o escritor. E ele se diz o anúncio vivo de Rangel, anunciando novas oportunidades, quais sejam, participação com contos para a *Revista do Brasil* e no próprio *O Estado*, onde Pinheiro “também conta ver-te empoleirado no ‘grande órgão’”.

As contradições de Lobato, porém, não estavam apagadas diante do “grande órgão”.

Nessa mesma carta de 1915, do dia 12 de fevereiro (ibidem, p.22-3 – II), na qual desabafa ao amigo criticando o grupo de *O Estado* por certa “gravidade conselheiral”, Lobato definitivamente mostra-se num meio jornalístico em que as palavras devem levar em conta o leitor-consumidor: “Ando meio enjoado do *Estado*, daquela gravidade conselheiral. Eles se têm como o umbigo do universo; num necrológio ou notícia qualquer, pesam numa balança de farmácia o adjetivo a dar ao sujeito – ‘distinto’, ‘notável’, ‘conceituado’” – e continua com sua

avaliação metafórica “– e há neles a convicção de que se não deram ao sujeito o adjetivo matematicamente certo, Sirius pisca lá em cima e pode nascer uma lêndea na Cabeleira de Berenice”.

Sentencia-se, agora, para o amigo: “Não sirvo para jornal. Meu campo é o livro, o panfleto – ou um jornal meu cá como o entendo. Também tenho escrito diabruras para *O Povo*, jornalzinho de Caçapava no qual sou livre como o era no *Minarete*. Sou lá o Mem Bugalho”. Mas *O Povo* não multiplica leitores como o enjoado periódico de Júlio Mesquita. Envia o último número daquele para que Rangel veja como seria um jornal somente deles, que não prendesse o estilo, porque “esse tom é o meu tom natural, normal – qualquer outro será forçado. E o diabo queira escrever forçado! É o mesmo que andar arcado. Nada emperra mais a pena, e tolhe tanto o correntio da frase, como sentirmos sobre os ombros alguém a espiar-nos”. E *O Estado* era implacável nisso, para o escritor: “a ‘feição’ do *Estado* é um Censor que me espia sobre o ombro quando para ele escrevo. A Opinião Pública é outro Censor. A dos amigos, idem. As conveniências... Como vivemos amarrados, Rangel!...”. E sonha mais um pouco: “que belo jornal ou revista não fariamos nós, do nosso grupinho, acrescido do Plínio Barreto, do Heitor de Moraes e mais uns tantos rebeldes sem medo de chegar fogo aos espinhos!”. O Lobato todo literaturas se debate com o jornalista, e este com o futuro empreendedor da *Revista do Brasil*. Enfrentamento que não convence, pois, em pouco tempo, estaria como dono da mais nova revista do cenário paulista, manifestando vivo interesse em fazer o negócio avançar.

Em carta de 30 de março do mesmo ano conta que não tinha voltado a *O Estado* por estar enfadado do “tom casacal”, até dos outros jornais menores fugiria por não suportarem o seu tom, pois, dizia ele: “Está me ganhando um azedume que só terá esgotos em jornal próprio. Acabo montando um, ou uma revista na qual só eu mande e desmande” (ibidem, p.24 – II). A revista está a caminho; porém, o que o escritor ainda não chegou a comentar é que o público também é um “censor” cativante, como no caso narrado na carta de 3 de junho (ibidem, p.32-3 – II):

A razão de estar a escrever n’*O Povo* com uma assiduidade de que nunca me julguei capaz (três colunas e pico por semana), é bem curiosa.

O Povo imprime 200 exemplares; quer dizer que tem 100 leitores. Entre esses 100 leitores há um velhinho de 70 anos, que não me conhece, nem é meu conhecido. É só para ele que escrevo.

Foi magistrado e há muitos anos que não sai de casa, ali a esperar a morte como o tio Maheu do *Germinal*. Um genro desse velhinho me disse um dia:

– Sabe quem não pode mais passar sem *O Povo*? O meu sogro. Quando recebe o jornal, vai logo em procura de artigo seu; e se não encontra, fica jururu. Lê tudo quanto é seu, e nos chama para apreciar certos pedacinhos.

Isto me calou, Rangel, e nunca mais deixei de mandar coisas para *O Povo* e sempre no gênero que o velhinho gosta. Às vezes não estou disposto e resolvo falhar – mas me vem o remorso de decepcionar o velhinho e escrevo. Desanco o Hermes – é o de que ele gosta. Sinto mais prazer nisso do que na vaidade dos 100 mil leitores do *Estado*, e a verdadeira razão de nada mais meu aparecer no *Estado* é que *tenho* de escrever para *O Povo*. Não é um solilóquio no ermo, como dizes, mas diálogo com uma sombra.

Na mesma carta (ibidem, p.37-8 – II), Lobato escreve que “não se conteve” e enviou um artigo para o *Estadinho*, nome da versão vespertina de *O Estado*, uma “outra ‘obra prima’ que pelo jeito vai longe, sabe qual é? Aquele meu artigo ‘Velha praga’, que continua a ser transcrito pelo país afora, precedido de elogios como esses do recorte incluso (e não precisas devolver porque está tolo)”. Embora perdido nas páginas do tempo, o recorte pode ser lido por meio da descrição do próprio Lobato: “O homem só diz asneiras, e a mais curiosa é a que vai grifada e na qual tens parte, como pai do adjetivo. Diz o couve tronchuda que eu chamo aos políticos ‘matracolejantes caríssimos!’ Como conseguiu ele jungir na mesma canga essas palavras?”.

Não poupa crítica à área de atuação comum ao crítico e ao crítico criticado: “O jornalismo entre nós é perpetrado pela rale da incompetência. Isso explica a apoteose que andam a fazer do Alberto Torres, cuja genialidade não passa de simples desvario”. Conta que, depois de ler os livros, não se pudera conter e enviara dois artigos para o *Estadinho*. Contudo, esquece de dizer que escrevera outro – ou seria o mesmo? – intitulado “O problema nacional”, publicado em 26 de maio,

na edição matutina, em que também demonstrava “a insubsistência das idéias desse homem de miolo atrapalhado, que querem equiparar a Euclides da Cunha e já anda com maiúsculas no rótulo: Alberto Torres o Grande Pensador Nacional”.

Um colaborador que escreve assiduamente três colunas e “pico” por semana para *O Povo* e que tem liberdade de não se “conter” e enviar para um jornal de grande porte um texto aparentemente originário do calor da hora não convence com a ideia de amadorismo com que se acusava diante do público e, especialmente, de Rangel: “Corre a lenda – endossada pelo próprio autor – de que a divulgação do artigo ‘Velha Praga’ fora da seção de queixas e reclamações do jornal, estimulou o fazendeiro a reincidir”, isto é, a escrever novamente para o jornal, “e que reincidindo se transformara, sem querer, nisso que os noticiários gravemente chamam um ‘homem de letras’” (Cavalheiro, 1955, p.161-2).

Em entrevista concedida a Silveira Peixoto, Lobato afirma ter publicado o primeiro artigo assinado com o próprio nome, “Uma visita a Guiomar Novais”, no *Correio Paulistano* em 1913. Quando estudante de direito, assinara uma conferência “Outrora e hoje”, um artigo “A força das idéias”, e o conto “Gens Ennuyex”. Quando em Areias colaborara em *A Tribuna* de Santos, com certa regularidade, e nesse jornal, entre artigos sobre o momento político (“Hermismo”, “Azoteida” etc.) encaixara o conto “Bocatorta”. Usando pseudônimos, a lista fica bem maior, ou seja, quando Lobato envia “Uma velha praga” ao *O Estado de S. Paulo*, ele já era um “homem de letras”.

Sobre isso, é importante lembrar o artigo de outubro de 1913, “Entre duas crises”. Nele, o autor demonstrara sua preocupação com os prenúncios de uma crise financeira em São Paulo, abalando o fluxo de produção e dinheiro do Estado. Ao dar o contexto da crise de 1913, Lobato chamava a atenção do leitor para a necessidade de se evitarem as imprudências que poderiam levar a outra crise econômica em 1914.

Como se vê, a estreia de Monteiro Lobato em *O Estado* se dá com um texto sobre economia, não com literatura. Muitos dos motes que marcariam seus textos posteriores ali já se revelavam ao público: a corajosa crítica ao poder público; o nacionalismo fundamentado no

desenvolvimento econômico; o combate a “uma não resistência passiva de budista” diante dos problemas regionais e nacionais. Da mesma forma que usa o expediente narrativo para mostrar a tragédia ao leitor – “Tatea-se às cegas. Pânico. O crédito retrai-se violentamente como um corpo elástico muito esticado de súbito distendido. Quem ontem garantia dez e valia cem passa, sem transição, a valer cinco”, também aponta os acertos até então concretizados nos assuntos políticos e econômicos, quais sejam, os bancos de crédito rural e os armazéns gerais. Apresenta o problema e indica a solução, alertando os leitores para a necessidade de se precaver contra a reincidência da crise. O Lobato publicista já nascera; o jornalista “M.L.” é que estava a caminho.

Enfim, a *Revista do Brasil* surgia como a possibilidade de dizer tudo o que gostaria e como quisesse. Embora cansado do “tom” de *O Estado*, Lobato aconselha o amigo em carta de 21 de setembro de 1915 (ibidem, p.48-9 – II): “A *Revista do Brasil* aparece em janeiro e pelos modos vai ser coisa de pegar, como tudo que brota do *Estado*, empresa sólida e rizomática. Razão para aderirmos”. Fala mais alto o homem de negócios, que vê em *O Estado* a confiabilidade de uma empresa séria. Em carta de 23 de outubro (ibidem, p.57 – II), torna a aconselhar o amigo: “Há no *Pirralho* uma enquête sobre o Fradique Mendes do Eça. Queres falar? Convidaram-me a mim e me pediram o retrato, e vou fazer que também te convidem. Boa ocasião para, deixando de lado o Fradique, darmos uma amostra do nosso pano”. Tudo, pois, é oportunidade para mostrar o trabalho literário: “Atende ao *Pirralho*, Rangel. É preciso um pouco de comercialização”. Se não lhe faltavam veículos para publicar o que quisesse, é justamente porque iniciara sua caminhada aproveitando os espaços que se abriam sem maiores reservas, até plantar-se em círculos cujas decisões ressoavam pelo país.

A compra da *Revista do Brasil* efetiva-se em 1918, empresa nascida sob a proteção de *O Estado*. A imprensa paulista vivia um momento de progresso, ao gosto dos empreendedores do desenvolvimento nacional. Plínio Barreto lançara *Revista dos Tribunais*, quinzenário, em 2 de fevereiro de 1912; Gelásio Pimenta, *A Cigarra*, em 6 de março de 1914, revista ilustrada; em 1915, circulava, sob direção de Benedito de Andrade, *O Parafuso*. A *Revista do Brasil*, primeiro pensado

como *Cultura*, vem no rastro dessas publicações. É nela que Lobato, apropriando-se das experiências anteriores e ousando em táticas modernas de edição e vendagem, rompe com a tradição editorial de produzir para poucos, seletos leitores.

Percebe-se, no entanto, que não é de repente que Lobato se percebe dirigindo a *Revista*, tal como não fora simplesmente um “acaso” que o fizera articulista de *O Estado*. Vendera a fazenda em 1917. Participava mais ativamente do grupo de *O Estado* desde 1914. E, especialmente, desde o início encontrara seu espaço na revista, aconselhando Rangel, em carta de 20 de janeiro de 1916 (ibidem, p.64 – II), a enviar trabalhos, isto é, a “tocar para a frente”: “Já viste a *Revista do Brasil*? É caso de tomares uma assinatura. Nasceu de boa estirpe, está bem aleitada pelo *Estado*, é a única nesse gênero em todo o país – e é nossa”. Não se deve, em caso algum, perder oportunidades, ainda que o literato tenha que fazer concessões, “Para o diabo o estilo, pois – e toca para a frente. A frente agora é a *Revista do Brasil*...”.

Em carta de 2 de fevereiro (ibidem, p.67-8 – II), Lobato aponta para um aspecto típico do processo de capitalização do objeto de leitura, ou seja, o investimento em diferentes frentes de edição, o que equivale a orientar a produção para este ou aquele público. Nessa carta, o escritor adjetiva *O Estado* como “cauteloso”, achando-o uma empresa curiosa, uma vez que não permite que se faça em nenhum de seus jornais críticas mais violentas, além de não centralizar os produtos que então criava, “a *Revista do Brasil* é um galho do *Estado* que acabará autônomo. Talvez aconteça o mesmo com o *Estadinho*, o galho travesso e garoto do *Estadão*. E o mesmo com *O Queixoso*, a revista onde agora me expando”.

O conflito interior permanece na correspondência com Rangel, pelo menos, até a compra da revista. Em carta de 15 de abril de 1916 (ibidem, p.78 – II), contrapõe-se não só a *O Estado*, mas a todos os jornais que sufocam as tentativas da literatura, aos repórteres analfabetos, à língua engalicada, aos escritores não merecedores de tal nomeação. “Um ‘nome novo’ consegue nos jornais amigos um ‘lançamento’ igual ao do Tropon ou do Gelol. Parece que o mesmo homem que lança um Gelol lança um novo gênio – e o público ‘passa’ os dois, a panacéia e o gênio”, resume: “balcão e camaradagem – eis a nossa imprensa. Há um

‘cafajestismo’ que invade tudo – já invadiu o governo e vai invadindo toda a intelectualidade”.

Em 1918 a situação é outra. Como editor e proprietário da *Revista do Brasil*, manifesta em carta de 8 de julho (ibidem, p.173-4 – II) que mantivera colaboração em *O Estado*, até mesmo contribuindo com a campanha sanitaria lançada pelo jornal: “Os *Urupês* vão se vendendo melhor do que esperei, e neste andar tenho de vir com a segunda edição dentro de três ou quatro semanas”. E se abre ao amigo: “Os meus negócios hoje cifram-se nuns dinheiros a juros (que infâmia pôr dinheiro a juros! Devia ser proibido por lei) e a *Revista do Brasil*, onde estou desenvolvendo furiosamente a propaganda. Espero dobrar-lhe a tiragem ainda este ano”. E parabeniza o amigo pela prosperidade, embora o leitor não fique sabendo sobre o que exatamente tratam, enfatizando que “é o que serve, como diz o galego. A alta do papel impede-me de lucros maiores na *Revista* e nos livros; mesmo assim, cada milheiro deixa líquido um conto e tanto... quando não encalha. A mim me favoreceu muito aquela campanha pró-saneamento que fiz pelo *Estado*”, unindo o ideal ao comercial, “popularizou a marca ‘Monteiro Lobato’”. E convida: “eu penso que chegou a hora de publicar na *Revista* todos os teus contos do *Minarete*”.

As campanhas devem ser lembradas em relação ao periódico paulista como atitude coerente de um veículo que, apesar de buscar a imagem de neutralidade, mantinha-se – segundo as próprias palavras do jornal – a serviço da nação e do Estado de São Paulo. Em 1910, por exemplo, o jornal se empenhara na campanha civilista apoiando Rui Barbosa em contraposição à candidatura de Hermes da Fonseca. Agora, iniciava-se outra batalha, essa vinculada diretamente ao ideário cientificista do grupo de *O Estado*. O sanitarismo era bandeira em torno da qual se reuniam cientistas como Miguel Pereira, Osvaldo Cruz, Belisário Pena, Carlos Chagas, Álvaro Osório de Almeida, Artur Neiva, e muitos dos intelectuais do círculo de *O Estado*. Para quem já aparecera com o Jeca, tomar a frente de uma campanha para restabelecer a saúde do homem do campo, se não era atitude esperada e previsível, ao menos era um acerto de contas para quem, antes, apontara o problema. Agora, viriam as propostas como solução.

Lobato em campanha

A campanha sanitaria iniciada no litoral avançava pelo interior. Lobato acompanha uma das expedições, indo parar em Iguape. Ali pôde avaliar certamente com mais detalhes os problemas que destacara com tanto empenho em “Uma velha praga” e “Urupês”. Se a tristeza mediante tanta decadência o motiva, possivelmente, como jornalista que então se fizera, percebe o quanto deveria se empenhar na série sobre higiene e saneamento. Da mesma forma como seria reconhecido por criar o Jeca e participar da campanha para salvá-lo, poderia também, com sua omissão, ter se colocado à margem de ações fundamentais para a constituição do sistema público de saúde brasileiro. Lobato não perdeu, portanto, a oportunidade.

O envolvimento de *O Estado* na campanha sanitaria confirma, mais uma vez, a existência de um mercado editorial em que a palavra de um veículo jornalístico tem peso junto à opinião pública. Isso ocorrera, por exemplo, em 1915, quando Júlio de Mesquita firmara sua posição contrária ante as atitudes do Estado alemão, em plena guerra mundial. Ao se envolver em mais uma causa nacional, o jornal demonstrava sua capacidade de mobilização e influência no cenário sociopolítico. A presença de Lobato, por sua vez, implica algo semelhante. Viajando com a equipe de Artur Neiva, confere *in loco* o problema e sua pena é posta a favor da causa. Antes de findar o ano de 1918, são os artigos reunidos em volume, por decisão da “Sociedade Eugênica de São Paulo” e da “Liga Pró-Saneamento do Brasil”, outro reconhecimento pelo trabalho jornalístico empreendido em favor da sociedade brasileira.

Reconhecimento e oportunidade é o que Rui Barbosa acaba oferecendo a Lobato na conferência realizada em 20 de março de 1919, citando longo trecho de *Urupês* logo na abertura. Seria absurdo, pois, supor que Rui Barbosa tivesse servido simplesmente de “garoto propaganda” do livro. Mas não é absurdo perceber que a afinação dos discursos se dá justamente em franca coerência política entre a plataforma do político e as posições marcadas pelos textos de *O Estado*:

Conheceis, porventura, o Jeca Tatu, dos *Urupês*, de Monteiro Lobato, o admirável escritor paulista? Tivestes, algum dia, ocasião de ver surgir, debaixo desse pincel de uma arte rara, na sua rudeza, aquele tipo de uma raça que, ‘entre as formadoras da nossa nacionalidade’, se perpetua, “a vegetar de cócoras, incapaz de evolução e impenetrável ao progresso?”¹

Ser chamado de “admirável escritor” por Rui Barbosa fora vento propulsor para as velas do navegante Lobato nas letras nacionais. Para o público, o escritor paulista era “um nome”. Jornalista que não se dava ao eito do vínculo empregatício; empreendedor que justamente no momento em que adquiria a *Revista do Brasil* mostrava-se com toda força no seu papel de publicista no transcorrer da campanha sanitária.

Jornal e jornalista estavam, pois, em sintonia. Ambos comercializavam o produto da leitura, ambos colaboravam com as causas que defendiam publicamente. Disso, chega-se à conclusão de que Lobato efetivamente tornara-se *um nome* no jornalismo da primeira metade do século XX, *um nome* registrado nas páginas de outro *nome* entre as empresas editoriais brasileiras. Em carta² enviada por Benedicto de Paula Bueno, de 23 de março de 1918, Mogi Guaçu, verifica-se a presença do nome “Monteiro Lobato” fora dos limites da capital: “Não tenho a fortuna de conhecê-lo, mas percebo-o, adivinho-o através dos excelentes artigos que vêm publicados no *Estado*. Os escritos, parece-me, salvo melhor juízo, assim como o espelho está para a figura – refletem a individualidade”. E continua: “Os seus artigos, principalmente o de hoje, são o bisturi da razão evoluída, a rasgar a pústula da nação. Drenos rasgados pela coragem moral, por onde não de escoar as impurezas deste imenso lodaçal”. Na sequência, saúda o escritor como um “obreiro do Bem”.

Nos jornais se faz a carreira e a divulgação dos escritores, como atestam as palavras de Afonso Celso, em carta³ de 23 de julho de

1 Rui Barbosa, A questão social e política no Brasil. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=105. Acesso em: 28 maio 2009.

2 Cedae – Doc. 3.2.00208.

3 Cedae – Doc. 3.2.00252.

1920, Rio de Janeiro, escrevendo que “profundamente me sensibilizou o magnífico artigo, publicado por V. Ex. no *Correio da Manhã* de hoje, sobre o livro de minha filha”. A filha também não se esquece de agradecer Lobato – carta⁴ enviada por Maria Eugenia Celso em 29 de agosto de 1921, na qual se percebe que fizera agradecimento público ao escritor paulista, registra: “não tinha que agradecer o comentário. Que vantagem teria a gente em pertencer à redação de um jornal se não se pudesse dizer de vez em quando o que se pensa?...”.

As intrigas da juventude, quando os colegas trabalhavam como repórteres nos jornais da capital, agora vão tomando seriedade ao ponto de se tornarem questões jurídicas. Carta⁵ enviada do Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1922, por João Ribeiro, exemplifica bem a cena jornalística do momento: “Desejo, porém, que em vez do artigo – Inimigos literários – figure no livro o original que enviara do último artigo que escrevi no Jornal e que foi vetado por um certo doutor Santana (?) que não conheço mas determinou com tal veto a minha saída daquela folha”. Tratava-se, assim, de “uma miserável intriga desse malévolo sujeito que talvez servindo de testa de ferro de outros, deu o artigo como imoral”, e acrescenta a vítima: “Mas, havia lá dentro na folha uma conspiração para eliminar-me e que deu o resultado esperado. Não me submeti ao veto e mandei às favas o novo Santo Ofício. Até hoje não sei se foi moralidade, política ou economia o móvel da intriga. Mas, pouco importa”.

Ser um nome no jornalismo quer dizer também dar o veredicto sobre as causas mais diversas, julgar o governo, a sociedade, o mundo editorial. Em outra carta,⁶ essa de 1926, de Bastos Barreto, de 5 de abril, São Paulo, denuncia-se certa “falta de ética” no meio jornalístico, o que, na verdade, correspondia ao crescimento de uma prática de mercado em que os melhores repórteres eram requisitados pelas maiores empresas: “Apesar de pobre, prezo mais uma amizade que o dinheiro. Provas?”, narra-se o caso: “Há tempos o ‘Diário da Noite’ fez-me uma vantajosa proposta para que eu deixasse a ‘Folha’ e fosse para aquele vespertino.

4 Cedae – Doc. 3.2.00262.

5 Cedae – Doc. 3.2.00275.

6 Cedae – Doc. 3.2.00344.

Naquele tempo eu ganhava 200#000 na Folha. Iria ganhar 600#000 no ‘Diário’. Recusei, por amizade ao Olival”. O remetente não cede às investidas dos concorrentes: “Depois o ‘S. Paulo Jornal’ fez-me idêntica proposta. Recusei também. É que, no fundo, sou brasileiro da gema. Creio que não tenho nas veias nem meia gota de sangue estrangeiro. Sou Juca Pato, por fora, mas por dentro inda sou um Jeca”. E sente-se, pelo tom da carta, a proximidade com que se vê do amigo de *O Estado*:

Somos, Lobato. Somos Jecas... graças a Deus. Nós blasonamos de yankeesmo – eu, principalmente – mas no fundo somos uns sentimentais, incapazes de trair um amigo para fazer fortuna. Foi isso que o fez “cair”, Lobato. Mas o sr. “caiu de pé” enquanto os outros “sobram” agachados. Admiro-o, por isso.

Alguns leitores, como Eunice Caldas, em carta⁷ de 19 de fevereiro de 1922, acreditam que Lobato ainda esteja pouco divulgado – enaltecendo *Problema vital* (publicado em 1918) escreve que os artigos “estão pouco conhecidos ainda. A sua pena tem estado um pouco descansada, me parece. Escreva, escreva muito, porque o Brasil precisa de escritores que saibam dizer as coisas de um modo claro e positivo, pois os leitores, não são, infelizmente, muito fáceis de se levar” e termina dando “calorosos parabéns”. A imagem do jornalista e a do editor na década de 1920 alcançara as mais diversas regiões, incluindo os jornalistas do interior, como se vê em carta⁸ de Rubens do Amaral, de Jaú, com data de 10 de abril de 1924: “A febre que V. propagou, como autor e como editor, não me deixou imune. Aqui, nos vagares que me deixa os trabalhos do jornal, – e são muito mais os vagares do que os trabalhos, – fabriquei uma espécie de romance paulista – “Terra roxa”. Lá vinha, pois, pedido de proteção para entrada no meio literário.

Da Olegário Ribeiro, Lobato & Cia nasceriam a Sociedade Editora Olegário Pinheiro, e de Lobato com Octalles Marcondes, a Monteiro Lobato & Cia. Em 1924, esta se transformava em Companhia Gráfico-

7 Cedae – Doc. 3.2.00272.

8 Cedae – Doc. 3.2.00332.

Editora Monteiro Lobato, em razão de uma necessária abertura de capital com objetivo de superar a situação de instabilidade econômica que abalava as empresas nacionais. Contudo, em 1925, abatida pela falta de infraestrutura brasileira, entre outros problemas da complicada relação entre uma empresa editorial de práticas modernas e um país de moeda instável, dela saíria a Cia. Editora Nacional.

A intensa experiência de Lobato como editor acabou impedindo-o de se dedicar como gostaria à literatura, segundo o que ele mesmo escreveu. Duvide-se disso, porém. Nos anos em que dirigiu os negócios editoriais, continuou a publicar suas obras e, ainda que não tivessem sido escritas naquele momento, a contribuição jornalística desmente o “vazio” que atribui a si mesmo. Conta, em carta de 23 de março de 1920 (ibidem, p.215 – II), enviada a Rangel, que está colaborando com o *Correio da Manhã* e tem convite de *O Jornal*, “cinquenta mil réis o artigo. Vou custear com as unhas a sucursal da *Revista* aberta no Rio, isto é, com esses artigos. Ontem escrevi dois: as porcas lá da fazenda eram mais felizes: pariam seis, sete leitões de cada vez. Está me renascendo a facilidade antiga, amodorrada por falta de treino”. Mesmo na direção de uma editora, Lobato não abandona sua colaboração jornalística, antes prevê a utilização dos lucros advindos da atividade para custear negócios no Rio de Janeiro.

Lobato, no entanto, vive num imenso tartarugal. Sua ida aos Estados Unidos seria marcante tanto como experiência de vida pessoal quanto profissional. No entanto, ventos *yankees* sopravam em direção ao sul, e em seus periódicos, bem antes da década de 1930. Mais uma vez entre Lobato e *O Estado* uma sintonia de pontos de vista se faz presente, mesmo quando o assunto é a relação com o primo rico, Tio Sam.

Ao encontro do *American life*

Em 1926, um ano antes de partir como adido comercial para os Estados Unidos, Lobato não estava mais no comando de uma grande editora. Em carta de 16 de outubro de 1925, ao cunhado Heitor (*CE*, 1970, p.94), demonstra a desilusão do autor em relação ao Estado

de São Paulo; demonstração na qual se percebe a importância do veículo escrito como representação de mundo ao afirmar que não mudou o endereço de recebimento de *O Estado*, pois “que maravilha não ler o ‘Estado’, não envenenar-se a gente todas as manhãs com a gravibundez desse espelho fiel da burrice paulista!”. Outra carta, essa de 24 de março de 1926, traz um posicionamento diante da prática jornalística que não iria se confirmar: “Jornalismo me interessa muito pouco. Ando a escrever porque estou vadio. Logo que a casa esteja a funcionar aqui, largo. Escrevi uma dúzia de artigos e já estou farto” (ibidem, p.97).

O círculo de relações sociais dentro e fora do mundo editorial já o havia projetado como intelectual e escritor. Plínio Salgado, em carta⁹ de 5 de outubro de 1926, manifesta ao prezado amigo a “satisfação pelo seu artigo da *A Manhã*”; Pedro de Toledo, do Rio de Janeiro, escreve em carta¹⁰ de 7 de janeiro de 1927: “Aproveita a oportunidade para felicitá-lo pela última série de artigos, publicados em *O Jornal*”; Afrânio do Amaral, em carta¹¹ de 23 de agosto de 1927, traz forte indício da circulação de notícias sobre personalidades como Monteiro Lobato, o que, evidentemente, comprova que o escritor era, neste momento, uma *personalidade* pública:

Acabo de ler nos jornais da terra sua nomeação para adido comercial junto à nossa embaixada neste país e, pois, lhe faço em Washington. Daí os votos e boas vindas que já lhe envio, com um abraço muito amigo.

Companheiro, um dia, de palestra na velha sala de redação do “Estado”; depois afastados um do outro – você, preocupado com interesses comerciais e eu, empolgado por pretensões clínicas, eis que o destino, o por demais explorado destino, nos aproxima novamente, pondo-lhe na representação comercial do nosso país e a mim na científica, junto a esta terra infantil de Tio Sam.

9 Cedae – Doc. 3.2.00352.

10 Cedae – Doc. 3.2.00354.

11 Cedae – Doc. 3.2.00359.

Personalidade que os jornais continuam buscando para colaboração, como se percebe em cartas¹² de Rubem Braga de 1936, respectivamente 3 de fevereiro e 16 de março:

Monteiro Lobato –

Há o seguinte:

Vai aparecer aqui, no Rio, antes do dia 15 deste – é quase certo ser a 11 – um novo diário, o “Jornal da Manhã”. Eu sou um dos organizadores. O jornal vai se apresentar liberal e nacionalista. Liberal no sentido de atacar o integralismo e outros fascismos. Nacionalista no sentido de brigar com todos os grupos financeiros estrangeiros que exploram o Brasil. [...].

Orientação é essa. E o tom do jornal será moderado, como o momento obriga.

Além disso, pedimos sua ajuda para o jornal. Um artigo qualquer, sobre o assunto que você entender melhor. Literatura, crítica, literatura infantil, economia ou o que você quiser. Um artigo. De graça.

Acho que você fará isso, e com gentileza e rapidez.

A carta indica que Lobato não se manifestara a respeito e o outro escritor insiste:

Monteiro Lobato

Escrevi uma carta e você não respondeu. Então vai outra. Na primeira carta eu punha o Jornal da Manhã à sua disposição para qualquer coisa referente a petróleo – ou mesmo não referente a petróleo. Pedia também alguma colaboração.

Rubem Braga pedira, então, que Lobato enviasse uma entrevista sobre o petróleo. Entrevista longa, a mais viva possível. Bem atrativa aos leitores ávidos por discutir o assunto nas rodas dos bares, no Triângulo, nos bastidores dos jornais.

12 Cedae – Doc. 3.2.00381 e 3.2.00383.

Quando Washington Luís assume a presidência da república, sucedendo Bernardes, Lobato encontra-se no círculo da presidência, embora não se manifestasse sobre nenhum partido. Nem era necessário, afinal, era alguém muito afinado com o grupo de *O Estado* que estava no poder. Enfim, em 1927 recebe o convite.

Ao aceitá-lo, iria embarcar não só para um trabalho político de interesse nacional, como Lobato acreditava. Embora a prática demonstrasse que os adidos faziam mais parte das relações pró-forma da administração brasileira que ativos funcionários públicos em busca de captação de recursos, ele iria ver, apalpar, sentir a vida americana tal como desejava. As comparações com o modelo brasileiro seriam decorrência natural dessa experiência.

No ano em que sai do Brasil, publica *Mr. Slang e o Brasil* (Lobato, 1957, p.5), livro que começa com uma advertência do autor: “As opiniões de Mister Slang tiveram a sorte de interessar o nosso público, ao surgirem em Janeiro estampadas n’ ‘O Jornal’. Por quê? Pelo tom fleumático e sereno de que nunca se arreda o corado súdito de S. M. Britânica? Pela sua independência mental?”. Lobato afirma não ter a resposta: “Ignoro-o e não vale a pena esclarecer este ponto sem mínima possibilidade de influência no movimento de rotação da terra. Interessou e basta”.

A identidade nacional é um dos temas preferidos nas palestras de Mr. Slang e seu interlocutor brasileiro. Abordando características dos povos, o inglês ressalta a vantagem de se ter ideias próprias em oposição à comodidade brasileira, isto é, a prática de simplesmente absorver ideias estrangeiras. Os jornais, pois, colaboram para isso à medida que são prolixos e obscuros. Os jornais do Rio nunca esclareceriam uma questão. Estudam-na sempre sem esclarecer nada ao leitor – o objetivo deles, para Mr. Slang, seria baralhar mesmo. “Só o embaralhamento renderá qualquer coisa. Jornal no Brasil é sinônimo de máquina de desenrolar linha. Lê-los é ver desenrolar linha. O bom senso manda fazer o contrário: tê-la em carretéis, numerados conforme a grossura do fio e bem arrumadinhos nas prateleiras”. Fora dessa situação, ou seja, “dos carretéis, linha deixa de ser linha. Passa a maçaroca, só útil como esfregão” (MSB, 1957, p.10).

A primeira crítica está lançada: os jornais brasileiros não são objetivos, antes, de acordo com a visão da personagem, perpetuam o não entendimento dos fatos. Tentando evitar a desmoralização de sua imprensa, o personagem brasileiro corre em favor de sua pátria, porém os argumentos são facilmente rebatidos – ao questionar o inglês afirmando que as finanças, por exemplo, constituem assunto complexo, difícil de compreender, recebe a resposta de que assim é por ler e estudar nos jornais. É só pensar por si mesmo e o problema se acaba.

Tal como o próprio Lobato, Mr. Slang coleciona recortes. No capítulo intitulado “Do parasitismo camuflado” (ibidem, p.74-5) o inglês apresenta:

– Os jornais brasileiros são muito curiosos, disse Mr. Slang. Nunca sabem o que dizem, mas refletem como espelho a vida desta terra – para quem sabe lê-los. O meu sistema não é colecionar artigos. Recorto dos artigos o que me interessa: quatro, dez, vinte linhas. Um artigo não passa de enchimento ou farofa para por em relevo uma idéia ou fato. Deito fora o farelo e guardo o fato ou a idéia. Hoje, por exemplo, estou a colar um fato bastante significativo, embora bem comum por aqui. Encontrei-o no relatório do meu amigo Renato Jardim, o novo diretor da instrução municipal: uma escola que existe e não existe.

Um artigo tem até 20 linhas interessantes. A concisão do modelo americano está na fala da personagem. Para uma imprensa habituada a grandes matérias, nas quais muitas vezes para se chegar ao fato o autor não economiza os recursos retóricos, tudo o que não é a opinião clara e concisa vira “farofa”.

Farofa das mais difíceis de engolir, como demonstra em carta a Alarico Silveira, em 28 de maio de 1929 (CE 1970, p.157), enviada de Nova York: “Ando assombrado com o que se passa em relação à recém-chegada Miss Brasil”, o assombro era motivado, segundo o autor da missiva, pela constatação de que a imprensa brasileira estaria enganando seus leitores. “Tenho acompanhado o que se passa aqui e o que é telegrafado para aí, e confesso que nunca em tempo algum jamais houve mistificação mais bem engendrada”. A mistificação era sobre uma pretensa modelo brasileira que, apresentada na City Hall, local

público, é fotografada para os jornais: “Pronto. Está obtido o material de prova que vai permitir a arquitetura dum formidável telegrama sobre a estrondosa recepção que a menina teve do governador da cidade. Depois, Zigfield”.

A encenação se tornaria ainda mais aviltadora: “Vai a menina para um camarote e em dado momento um ator, a pedido de Barnum (pedidos feitos sempre em nome do Brasil), aponta para ela e diz ao público que é Miss Brasil. O homem do holofote gratifica-a com dois segundos de luz”. Lobato é taxativo, “o público olha e desaponta. *She must have nerve* é comentário. Não há *uma palma*. O espetáculo prossegue. Pronto” – tudo vira material para fazer os brasileiros acreditarem que a Miss Brasil fora glorificada por Florenz Zigfield.¹³ Sem dúvida, Lobato ataca a relação do leitor com seu objeto de leitura no âmbito da confiabilidade da notícia. Mexe com os valores morais da imprensa brasileira. Na sequência, deixa explícita sua consternação:

A coisa vai nesses termos por aí além e a tantas chega do Rio um telegrama como o que o “Times” publicou ontem: “o povo do Rio prepara grande manifestação ao embaixador americano para agradecer as excepcionais homenagens que New York prestou à Miss Bergamini, embaixadora do *good will* que fez mais pelo seu país que todos os embaixadores brasileiros aqui acreditados (Nabuco inclusive).

Isso é enorme. É de deixar a gente de cara no chão. Não houve nada. New York não homenageou ninguém. New York é *too big e too busy* para distrair-se com tais bobagens. Desde que aqui estou só vi New York prestar atenção numa coisa: o vôo de Lindberg. Só. Além disso o tal concurso de Galveston é uma coisinha regional que a gente só sabe pelos jornais do Brasil. Arranjos da Câmara do Comércio de lá para atrair gente das redondezas.

Ao final da carta, Lobato afirma que esse tipo de imprensa faz mais mal que bem, pois “entre os seus males verifico agora mais este, de conformar deste modo a alma e o cérebro dos que na mocidade passaram por ela”.

13 Produtor teatral norte-americano. Dados disponíveis em: <http://www.nytimes.com/learning/general/onthisday/bday/0321.html>. Acesso em: 27 set. 2009.

As notícias sobre a Miss Brasil devem realmente ter incomodado Lobato: em carta de 20 de junho de 1929, a Rangel (ABG, 1957, p.316 – II), comenta novamente o fato que presenciara nos Estados Unidos, demonstrando a leviandade com que um dos articulistas tratavam o público brasileiro: “A verdade é esta. Miss Brasil, coitadinha, passou absolutamente despercebida aqui – nem podia ser de outro modo, imensa como é New York e indiferente a tudo que não seja Lindbergh, Dempsey e Baby Ruth. O tal concurso de beleza de Galveston *ninguém* aqui sabe que existe”, e não sabe “porque nenhum jornal trata do assunto – é coisinha local, municipal, lá de Galveston, que também ninguém sabe onde é. É *somewhere*. Foi com dificuldade que consegui saber o resultado desse concurso, onde a pobre menina foi desclassificada, não obtendo nenhum dos onze lugares”.

O fato, portanto, era esse. No mais, as coisas se resumiam a “Cônsul Sampaio e repórteres vindos daí. Mas pelos jornais hás de ter visto como esse nada foi transformado em tremenda glorificação da beleza indígena. Manipulação pura!” Sentira arrepios, escreve, em ver estampada em *O Estado*, “com toda a sua velha gravidade, consagrar páginas inteiras de telegramas e comentários a uma *coisa inexistente* e que aqui manipulam numa sala contígua á minha. E que fazer?”. Como, pois, poderia alguém desmascarar o que ele chamava de “cínica mistificação”? Indignado, procurara um dos autores: “‘Isso é uma infâmia, Fulano. Não se abusa assim da boa fé de todo um povo.’ Sabe o que me respondeu? ‘Ninguém lá percebe nada, Lobato. Aquilo é um povo de sarambés’”.

Mr. Slang, no capítulo “Os ladrões”, mostra conhecer o “jornal amarelo”, isto é, um jornal cuja voz fora comprada pelo poder público. Com medo dos “jornais amarelos”, Lobato, não mais por meio de um personagem, escrevera a Heitor em carta de 17 de novembro de 1928 (CE, 1970, p.140), enviada de Nova York, sobre o processo de implantação da empresa de produção de ferro no Brasil, destacando que ele e Bulcão não queriam deixar nenhuma informação para a imprensa brasileira. No máximo notícias vagabundas, de modo que, quando os jornais dessem por si, a usina já estivesse funcionando num ritmo que ninguém poderia impedir seu desenvolvimento por meio de sabotagem da opinião pública.

Mr. Slang conhece o Brasil por estar vivendo nele. Volta, então, como personagem de *América* (1932). A impassibilidade de Mr. Slang novamente terá nos jornais um dos objetos favoritos para o diálogo com o interlocutor brasileiro. E isso se dá, em primeiro lugar, pelo ataque à idealização da nação (A, 1957, p.78-9):

– A idéia que o brasileiro faz de si próprio é muito interessante, continuou Mr. Slang. Julga o seu país a maravilha das maravilhas mas com um único defeito: não ser conhecido no estrangeiro. A idéia simplista que o brasileiro faz do mundo deve ser esta: grande arquibancada de circo de cavalinhos com John Bull, Tio Sam, Michel, Mariana, o Urso Eslavo e mais países sentados nas fileiras da frente, para “gozar” o único que tem a honra de ocupar o centro do picadeiro. Ali o Brasil, sozinho, único, terra onde Deus nasceu, mostra as suas ufânias – o Amazonas, os oito milhões de quilômetros quadrados, o Pão de Açúcar, o Café, o Babaçu, Santos Dumont, o padre que inventou a máquina de escrever, vários descobridores do moto-contínuo e da quadratura do círculo. Dessa atitude decorre o estribilho dos jornais ao darem notícia de qualquer coisa feia acontecida em tal paraíso: “Que não dirá o estrangeiro?”

O jornal é, portanto, um espelho da sociedade. No caso brasileiro, o melhor da cultura ficaria restrita a uma pequena parcela, ilustrada. O interlocutor brasileiro mostra-se envergonhado ao confessar que sua admiração maior pela América é justamente o crime renovado e alçado a proporções inacreditáveis. Isso, diz o inglês, não era nada original. Os jornais davam notícias sobre os casos. A rede de comunicação se mantinha pelo vigoroso consumo de bens culturais: teatros e cinemas ganham dinheiro com a estilização engenhosa do gângster. Este faz parte da vida real por meio dos jornais. Os jornais, cinemas e teatros usam a mesma informação, com finalidades diferentes que se completam para o consumidor da notícia e da ficção.

A culpa do que se lê, portanto, não é da imprensa, mas das visões de mundo que compõem as notícias provenientes do tipo de sociedade aqui construída. O interlocutor brasileiro, simplista, quer jogar sobre as mídias as mazelas sociais, como se fossem culpadas pelos crimes que ocorriam no Brasil. Mr. Slang rebate: “– Engano. Literatura, jornais e

cinemas não passam de espelhos. Refletem. Satisfazem uma solicitação do povo” (A, 1957, p.100).

O determinismo jornalístico explica o grande número de periódicos na América. A riqueza permite o crescimento industrial e, conseqüentemente, urbano, o que corresponde a mais consumidores e mais notícias em trânsito, sejam elas de qualquer tipo, como expõe Mr. Slang: “Leia os jornais chamados ‘tablóides’, que se tiram aos milhões e representam melhor, ou refletem melhor o espírito da América do que os grandes e sérios, ao tipo de ‘New York Times’. Veja como andam inchados de notícias de casamentos e divórcios e que importância dão a tais casos”. Isso se explica pelo público leitor, ou seja, uma imprensa “puramente feminina”.

“Os colaboradores, os repórteres, os ‘featuristas’ – tudo feminino; em conseqüência, os pontos de vista que os tablóides defendem são sempre os da mulher. A tal ponto vai a coisa, que elas estão virando tabu – sagradas! Lembram-me o português no Rio de Janeiro”. E a comparação segue, apontando que a imprensa é livre, menos no caso dos portugueses. “Jornal que se atrevesse a dizer o que pensa dos portugueses, recebia logo a réplica do balcão – retiravam-lhe os anúncios, sangue sem o qual nenhum jornal vive. Na América o Português se chama Mulher” – lembrança que remete ao caso de Júlio Mesquita, quando de sua entrada para *O Estado*, aplacando a contrariedade da comunidade portuguesa em São Paulo. “E para comprovar o que dizia, Mr. Slang tomou vários daqueles tablóides. Correu os olhos por eles” (ibidem, p.199-200).

Como se percebe, na América há faixas de públicos, os quais, apesar do preconceito (ou constatação de mercado?) – “Na América o Português se chama Mulher” –, correspondem a uma movimentação milionária. A eficiência dos jornais “sérios” está presente nas descrições do narrador. De modo implícito, nota-se que são jornais confiáveis, não colocados em dúvida quanto à fidelidade da notícia como no caso das publicações brasileiras. Ao ler uma matéria do *Times*, Mr. Slang comenta o fato partindo das informações dadas pelo periódico. Não se desconfia da veracidade de um veículo como esse. O interlocutor brasileiro, assim, deveria pegar o jornal e tirar suas conclusões, isto

é, não se deixaria inocular pelas opiniões do jornal, deste somente recebendo a notícia e não a reflexão pronta.

Sem inglês ou americano como interlocutor, *Na antevéspera* (1933) abre-se com uma “nota dos editores”, na qual se afirma constarem do volume textos do tempo da presidência Bernardes e Washington Luis, isto é, um período anterior a *Mr. Slang e América*.

“Bacillos virgula” é o sétimo artigo do livro, mas o primeiro que trata especificamente de jornalismo. Nele, Lobato contrasta o jornalismo da Argentina com o do Brasil. No primeiro caso, “dão-se a luxos nababescos”, pois lá eles “têm pesos, dos sonantes”; no segundo caso, “temos o peso da permanente míquia que em tudo se reflete e no jornalismo tanto quanto no resto, senão mais” (NA, 1957, p.61). Caracteriza, então, a imprensa americana pela reportagem “sensacional”, somente possível por meio de capital representativo. No Brasil, a situação é de reportagem do pobre, ou seja, visitas ao que está perto, entrevistas com personalidades que aparecem pelas terras brasílicas, “troco miúdo. Libras de alumínio amarelo”.

Para exemplificar a prosperidade argentina, cita uma reportagem de Adolfo Agorio sobre a Rússia, “Bajo la mirada de Lênin”, texto que permitiria ao povo da Argentina ter opinião própria sobre o que acontecia com os russos. Era uma reportagem de seis colunas, um estudo que apareceu em trinta edições consecutivas. Graças a isso, afirmava Lobato, a Argentina tinha sua visão pessoal da Rússia, “enquanto nós aqui pensamos dela o que o suspeitíssimo francês quer que pensemos. Paris nos manda, com os figurinos, visões da Rússia ad-usum basbaquismo antártico. Falsas, pois. Visões tendenciosas” (ibidem, p.62). É evidente que o conceito de “opinião própria” apresenta-se de modo diverso entre o inglês da Tijuca e os pampas argentinos. No primeiro, entende-se opinião pessoal como aquela aferida da leitura dos jornais, os quais devem ser objetivos, trazer apenas a informação, quando muito, sua opinião expressa em editorial conciso; na segunda, o jornal apresenta longo estudo, formando a opinião pública. É possível deduzir, dessa aparente contradição, que Lobato pensa “opinião própria” em dois âmbitos, embora não explícitos nos textos: a relação do leitor com o jornal, pelo qual é informado e pode refletir sobre o mundo; a

relação do jornal com o mundo, o qual nele deve ser objeto de reflexão autêntica, sem voltar-se a fórmulas estrangeiras, como a francesa.

O Brasil estaria se mantendo em estado de ignorância. Para comprovar a ideia, Lobato cita o caso do navio russo que fora proibido de atracar em portos brasileiros, indo para a Argentina: “não infeccionou coisa nenhuma; só serviu para abrir o apetite àqueles povos e lhes inocular o desejo de ter a sua visão pessoal da difamada Rússia” (ibidem, p.63). “Não infeccionou” refere-se à presença do comunismo em terras nacionais. Fazer comércio com comunistas não significava, para Lobato, aceitar esta ou aquela doutrina política. Afirma em seu texto, ao final, que as ideias são “ondas hertzianas”, e “cada cérebro vale por emissor e receptor, sem antenas visíveis mas de infinita potencialidade” (ibidem, p.64), por isso os coronéis, mesmo impedindo a imprensa de crescer como ela poderia, não conseguiriam impedir a entrada de novas ideias.

O artigo de Lobato teve repercussão. Apesar de não constar a data, a nota de rodapé aponta que fora publicado por *A manhã*. Escreve o autor: “Após a publicação deste artigo sobre a Rússia recebi uma intimação da polícia para comparecer perante um delegado auxiliar. Fiz o testamento e fui. Dei com um moço fino, muito longe do truculento Javert que esperava encontrar no posto”. Contando que iria editar o livro de Adolfo Agorio, a polícia via-se na contingência de advertir o escritor que o não fizesse, porque recebera ordem de cima para apreender tal livro, caso aparecesse. Irônico, continua: “Admirei intimamente a perfeição de nossa espionagem policial, pois de fato me ocorrera a idéia de pedir ao autor permissão para traduzir e publicar esse livro realmente precioso, o único de quantos sei capaz de dar ao nosso público uma noção exata do que se passa na Rússia”.

Afinal, seria papel dos editores lançar livros sérios, não tendenciosos, mercedores de fé. Se Agorio era um alto funcionário do governo argentino, e seu livro lá saíra sem problemas, “não só num jornal de larguíssima tiragem, como em edição de dezenas de milhares, sem que as instituições se subvertessem, pareceu-me o naturalmente indicado para ser divulgado aqui”. Enfim, “a polícia, cumprindo ordem de cima, pensou de maneira diversa, e como editor bem policiado resignei-me a não prestar ao meu país esse bom serviço” (ibidem, p.65).

Em meio às crises políticas e econômicas da primeira metade do século XX, a imprensa teria que construir seu posicionamento, fosse tornando-se “amarela”, fosse endurecendo sua postura ideológica. Em outro texto, “O pátio dos milagres”, Lobato novamente atribui ao jornal a função de índice de desenvolvimento, registrando que há nações tão ordenadas, como a Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda e Suíça, que impediriam a permanência de correspondentes de agências internacionais como Havas, United e Associated Press. Apesar de seu questionamento ser de cunho mais reflexivo, e irônico, pois afirma que crimes, revoluções, guerras e sítios não existiam naquelas terras, mas abundavam em países como França, Itália e Brasil; ao citar as instituições responsáveis pela distribuição de notícias no mundo, Lobato mostra o quanto os primeiros decênios do século XX avançaram em termos de organização jornalística, permitindo que grupos empresariais tomassem corpo em organizações, senão multinacionais, ao menos internacionais de vulto.

Em “Amigos do Brasil”, outro artigo do livro, é um jornalista que exemplifica o descaso do mercado editorial no que se refere ao intercâmbio cultural com outros povos: “*Se alguma coisa valesse alguma coisa nesta terra*: eis a frase com que um jornalista traduz tal estado d’alma. Frase horrível, reflexo do desespero, do desânimo e, no entanto, lógica, sempre que um povo perde a sua liberdade e tomba no boçalismo da escravidão” (ibidem, p.165).

Entre os últimos textos do livro, “O ‘saco de carvão’” apresenta a relação de Lobato com o grupo de *O Estado*. Nele o escritor retoma sua trajetória como colaborador para os jornais, afirmando que seu primeiro artigo fora publicado no *Correio Paulistano* em 1913, sobre Guiomar Novais, “recém-chegada de seu precoce triunfo no Conservatório de Paris”. Explica, em seguida, que passou logo para *O Estado*, que ficou sendo o seu jornal: “Mas me passei logo para ‘O Estado’, que ficou desde então sendo o meu jornal. Creio que a principal razão de mudança estava na feição oposicionista do velho órgão”. Destaca, depois, que sempre foi colaborador “free lancer”, daqueles “que só aparecem quando querem ou têm algo a dizer”. No entanto, as relações com grupo estreitam-se, como escreve: “E naquele tempo me tornei ‘sapo’ da redação, na boa

companhia dos dois grandes Lopes: Filinto, o incomparável humorista, verdadeira encarnação de Mark Twain, e Maneco Lopes, espécie de bomba atômica barbada”. Como “sapo” de redação, a influência editorial é marcante, conforme o escritor relata (ibidem, p.281-2):

Sapo de redação quer dizer o sujeito, amigo da casa, que lá comparece todas as noites, e fila o café, e faz daquilo o seu clube. Os sapos comentam as notícias do dia, dão palpites, tosam nos adversários e metem a ronca¹⁴ no próprio jornal. Por quê? Por amor à casa, pura e pia revolta pela não introdução de melhoramentos que a eles parecem indispensáveis.

Como se nota, os “sapos” funcionavam como um grupo de críticos sobre o próprio jornal, uma função de *ombudsman* incipiente, legada muito mais à proximidade pessoal que a exigências profissionais.

Nestor Rangel, relata Lobato, representava a ordem e o conservadorismo do jornal. Mesmo o filho do proprietário do negócio, Julinho Mesquita, via-se impedido de realizar alterações profundas de modo repentino, “e se nós, tomados de revolta, pulávamos com a alegação de que os donos do jornal eram eles e não Nestor, um simples contratado, a invariável resposta vinha sempre a mesma: ‘Sim, nós somos os donos, mas Nestor é o secretário’” (ibidem, p.282-3). A revolta dos “sapos”, segundo o relato de Lobato, esbarrava não no homem Nestor, mas na figura do secretário Nestor, isto é, representante legítimo da organização e seriedade no compromisso de publicação de um veículo configurado de acordo com certas características reconhecíveis pelos leitores. E o grupo reconhece o importante papel do secretário, podando os exageros do próprio Julinho – “Julinho, naquela época o ‘Capitão’, vivia numa permanente crise de entusiasmo, extravasada em furiosos debates sobre a coisa pública. Muitas vezes errado (na nossa opinião) mas sempre sincero, firme e violento”; para ponderar, havia Nestor: “Gostávamos daquilo, da sua ‘ferocidade’ patriótica, já que para equilíbrio tínhamos o Nestor” (ibidem, p.283).

14 “Ronca s.f. [...] 3. fig. B infrm. descompostura, reprimenda.” (Houaiss & Villar, 2001, p.2473).

Nestor, no leme, era a prudência e a experiência a serviço do jornal. Um modo de dirigir que também explicava o sucesso, o prestígio junto à opinião pública. “Comuníssimo, e freqüentíssimo, na capital e no interior, a frase: ‘Vamos ver o que ‘O Estado’ diz’” (ibidem, p.284).

Na sequência, Lobato esclarece que o jornal dava sua opinião pela primeira nota das “Notas e informações”. Nestor volta à baila: “Ah, o cuidado do Nestor na escolha dos adjetivos! Para que o jornal atribuísse a alguém a qualidade de ‘distinto’ ou ‘notável’ era preciso muita coisa, sobretudo que o sujeito o fosse realmente. As palavras nestorianas só saíam depois de meticulosamente pesadas em balança de alta precisão” (ibidem, p.284).

O próximo relato é mais pitoresco, e indica como a relação dos “sapos” não era tão livre como afirma Lobato no início do texto. Durante uma epidemia de gripe espanhola na capital, são eles que assumem o controle do jornal. Isso ocorrera em 1918, um incidente em meio à epidemia de gripe espanhola no Estado de São Paulo. As notícias abundam sobre as pessoas que “caíam” com a gripe, e, obviamente, sobre os lances para conter a doença. Caem Júlio Mesquita, o filho, Chiquinho. Até que o secretário, comando geral de *O Estado*, também adoece. Tarde da noite, aparece Plínio Barreto que substitui Nestor, mas também fica doente. Depois Pinheiro Júnior, a mesma situação. Assim, todo o “estado maior” do jornal estava, em pouco tempo, fora de combate. No dia em que chega, à noite, e só depara com Filinto Lopes, que apresenta a empresa sem comando, compreende que tem um problema pela frente. Diante da situação, Lobato assume o leme para que o jornal pudesse sair no dia seguinte.

A história da gripe que assolou *O Estado* revela a existência de uma estrutura empresarial organizada. Quando um redator fica doente, há outros para substituí-lo; a equipe é grande, formada por distintos setores na empresa. Há, nesse momento, a possibilidade de fazer carreira numa empresa jornalística, como se vê na continuação do relato: “Para reforço da ‘Vala Comum’ mobilizei vários elementos de fora, como Léo Vaz e Alarico Caiuby, que por esse tempo trabalhavam comigo na ‘Revista do Brasil’ – e como desfecho de semelhante mobilização Léo Vaz entrou definitivamente para o corpo de redatores d’‘O Estado’”. O que deu

resultado positivo para o amigo: “e fez carreira. Quando Nestor faleceu, foi quem o substituiu como secretário do jornal; mais tarde alçou-se ao posto supremo: diretor, em substituição de Plínio Barreto. Hoje Léo Vaz tira o chapéu na rua sempre que ouve a palavra ‘gripe’” (ibidem, p.286).

A partir daí, Lobato comenta um “incidentezinho que tem sua comicidade”. À frente do jornal, lança provocações ao *Correio Paulistano*, de alinhamento político oposto a *O Estado*. Como resultado, “durou uns dias o pega dos dois jornais, muito a sério do lado do ‘Correio’, sempre a ver naquilo o ‘dedo do Júlio’; e da minha parte com piscadelas do olho esquerdo para seu Filinto” (ibidem, p.287). Passada a vulnerabilidade do jornal aos desmandos lobatianos, o diretor interino é absolvido por Nestor.

Nota-se, pois, mais uma vez que o *freelancer* Lobato não corresponde efetivamente ao que se poderia conceber como um mero vendedor de reportagens “quentes” – o clima do “velho órgão” era de identificação de todos com a alma do jornal, “que sem ordem de ninguém, dois meros filantes de café assumem o comando do maior jornal do Brasil e dirigem-no autocraticamente por mais de uma quinzena”. Mais comprovação de confiança: “É finda a ‘ocupação’, os donos e gerentes de nada se queixam, antes agradecem a lembrança e perdoam, sorrindo, aquela intrusão inédita nos anais da imprensa. Porque nunca, jamais, em país nenhum do mundo, ocorreu uma coisa semelhante...” (ibidem, p.288). Guardadas as devidas proporções do narrador entusiasta – que via nisso um ineditismo mundial – é de se concluir que os “sapos” não eram representantes de tão agraciada gratuidade como quer ressaltar o escritor. A identificação era fato, dado os laços ideológicos, políticos e, sem dúvida, empresariais que uniam os debatedores de redação.

Finalizando o texto, Lobato justifica o título – “O ‘saco de carvão’”. Segundo ele, era uma referência ao período em que o jornal que se achava, dentro da redação, o centro da “Via Láctea”, tendo em sua história, no entanto, um momento de escuridão, ou seja, o confisco realizado em março de 1940, pelo Estado Novo de Vargas – “E a gente paulista viveu três anos com um peso no coração. O confisco d’‘O Estado’ não era ofensa dessas que saram. Abriu em nossas almas uma úlcera fagedênica”; o governo amordaçava, assim, feroz adversário: “Já

não podíamos protestar contra a pilhagem de S. Paulo nem sequer por meio da eloqüente mudez de um jornal...” (ibidem, p.289).

No conjunto de artigos intitulados “Opiniões”, o primeiro tem como tema central o jornalismo, “Psicologia do jornal” (MS, 1957, p.128): “O jornal é uma casa de pasto, com quitutes de idéias e arranjo de pratos diários com o tempero ao sabor dum paladar que não muda”. Qualquer alteração poderia ser prejudicial ao negócio, pois “agremiam-se lentamente em torno da folha que melhor lhes vai com o diapasão, afazem-se à sua mesmice, e a ela identificam-se”. Ciente dos diferentes públicos e dos diferentes jornais exigidos por eles, Lobato exemplifica citando um jornal especializado em “asneiras” que, um dia, resolveu mudar – “pois o público percebeu, deu-se como lesado, murmurou, e passando da murmuração à boicotagem indicou no termômetro da caixa o grau de sua desaprovação” (ibidem, p.129) – fato que obrigou o jornal a restabelecer o que fora alterado. Afirma Lobato que, para conquistar o público os jornais jogavam com dois elementos: tempo e constância de atitude. Nestor Rangel estaria certo, assim, em manter *O Estado* “fechadíssimo”, pois arriscar-se em mudar todos os dias fosse o que escrevia, fosse como escrevia, podia desorientar os leitores.

“Resignação” é o título de outro artigo iniciado com o comentário sobre uma matéria de um jornalista cuja preocupação fora estudar o porquê das folhas brasileiras não alcançarem a tiragem de jornais como *La Nacion* e *La Prensa*, acima de 200 milheiros. Para o jornalista, era fraca a porcentagem de anúncios que se revelavam nas folhas nacionais em comparação com as platinas. Lobato acrescenta que as publicações não eram suficientemente pagas pelos anúncios, não porque os comerciantes não quisessem anunciar, mas porque havia poucos comerciantes. Escreve também que os jornais do governo, por exemplo, entoavam louvores ao pagante, mesmo que esse realizasse atos administrativos inconsequentes.

Tratando da economia paulista, Lobato toma novamente o jornal como indício do desenvolvimento do mercado. O comércio pouco anunciaria porque a força aquisitiva do público era fraca demais para responder à sugestão do anúncio. O anúncio não pagaria, expressão dos comerciantes, porque não se venderia o suficiente. E, sem anúncios,

ficariam os paulistas sem jornais. Fora um ou outro, segundo Lobato, a imprensa brasileira operaria prodígios para viver, e viver com extrema dificuldade, embora procurasse por todos os meios promover o sucesso do anúncio. A pequena parte do comércio investidor pediria tiragem; a grande tiragem exigiria, por sua vez, público pagante. Fechava-se o círculo, pois o público não podia pagar porque era pobre. Não um círculo, mas uma espiral é preferida por Lobato: o público era pobre porque trabalhava, mas não podia enriquecer, porque era eternamente vitimado pelas oscilações monetárias; a moeda sofreria essas crises periódicas porque os governos seriam bem falantes, mas incompetentes, visto como sequer conseguiam fixar a moeda, alicerce financeiro da nação.

Na sequência, o artigo “O quarto poder”, escrito em 1923, de acordo com a nota de rodapé, é um ataque direto ao financiamento governamental que acaba antecipando o que ocorreria no governo Vargas. Lobato busca atingir a imprensa subsidiada pelo poder público, afirmando que o governo paulista achava imprescindível fortificar aquilo que denominava de “quarto poder”, oficializando a imprensa carioca. Enxerga, então, o ato governamental como uma poda à capitalização das empresas, na verdade, uma cooptação do mercado editorial de jornais, não uma injeção de empreendimento. Construído com argumentação irônica, como se estivesse ao lado do governo, o texto é assim encerrado (*ibidem*, p.214):

Afirmemos de cabeça erguida a nossa evolução, em que pese aos rancosos moralistas e a esses remanescentes grotescos duma moral morta: os jornais de oposição. Opor-se à prosperidade, à comodidade, às delícias do oficialismo, à aposentadoria, à fecunda irrigação com as águas do Pactolo, somente por amor do povo, ralé ignóbil indigna do menor sacrifício, é coisa que depõe contra a sanidade mental dos discolos. Hospício com eles! E, orgulhosa, eliminando o amarelo da gama das suas cores, penetre a imprensa, com desassombro, na fase áurea de sua existência, legalmente transfeita em o Quarto Poder do Estado – com rubrica nos livros do Tesouro e libertada para sempre da aviltante focinhação na gamela suja da odiosa Verba Secreta. Amém.

“Citamos esta insinuação da folha carioca simplesmente para robustecer nossa tese relativa à oficialização da imprensa, exposta nesta

coluna há uma semana” (ibidem, p.215), a mesma tese vem novamente a público no texto “Honni soi”, cujo mote é a informação de uma folha carioca segundo a qual houvera um emagrecimento do estoque de café adquirido pelo governo paulista.

Também em tom irônico acentuado, Lobato procura explicar o sumiço do café citando leis científicas, como a radiação, auxílio teórico que permitiria elucidar, sem culpar o governo, o desaparecimento das sacas no Porto de Santos. O autor parodia os jornais comprados pelo governo. E, para concluir seu raciocínio, apresenta um exemplo do benefício de se suprimir a imprensa não oficializada. No caso de um político flagrado roubando num jogo de pôquer, os jornais não deveriam se pronunciar sobre isso, pois “um fato desta ordem, no caso da imprensa oficializada, não seria apresentado ao público por forma nenhuma, em respeito à posição oficial do cleptômano”, afinal, “se o fosse, provocaria um abalo formidável no país e fora, enxovalhando coisas que valem mais que o homem” (ibidem, 219).

Era preciso, portanto, acabar com o regime misto, composto de “órgãos oficializados e órgãos rebeldes”, impondo-se a legalizada. Todos reclamariam, incluindo o povo, cansado das tragédias e demais mazelas expostas diariamente pelos outros órgãos. Seria o modo mais rápido de entrar o Brasil num período áureo, sem problemas. Ou seja, alterando-se as notícias dos jornais.

Em 1918, porém, Lobato havia escrito uma série de artigos posteriormente enfiados em *Problema vital*. Abordando, assim, questões relativas à saúde pública, o escritor não se furta de criticar os jornais pelo silêncio, fosse ele comprado, fosse ele indigente, como se lê em “Primeiro passo” (5 de abril de 1918): “Fora da escola, sem hábito de observação pessoal porque o brasileiro é amigo de ingerir ideias feitas, assadas no jornal, como quem ingere bolinhos de frigideira – continua a consolidar-se o pittismo¹⁵ inoculado, por meio de conferências, discursos, poliantéias”, um modo brasileiro de “queimar fogos de Bengala”.

15 Referência a Rocha Pitta – “Vem de longe o vezo ditirâmico dos mistagogos que oficiam no altar de Pangloss a eterna missinha do Rocha Pitta, corcinhada pelas gozosas ufanias celzianas”.

Aos jornais caberia grande responsabilidade porque “transcrevem com as mais gordas entrelinhas da caixa quanta bajoujice amável nos impingem estrangeiros itinerantes (em troca de secretas gorjetas espirradas do Tesouro). Estampam, gloriosos, em telegramas, as maravilhas que por encomenda dizem de nós”, opiniões de total desconhecimento da realidade brasileira. “O público, desconhecedor dos bastidores da publicidade e da gorda indústria que é lá fora deprimir o Brasil para provocar o suborno, e depois do suborno guindá-los aos cornos da lua, presta fé ingênuo a indecorosa adjetivação e impa”. A ilusão funesta perpetua-se, afirma Lobato. “O primeiro passo, pois, para o saneamento do Brasil, consiste em matar esta ilusão, desprezar a opinião do suborno externo e a mentira pia interna, não mais soprar gaitinhas patrióticas, não ser otimista nem pessimista – pólos do mesmo erro – e, sim, pura, sincera e exclusivamente, verdadeiros”. Ou seja: “Ver o que é, como é” (PV, 1957, p.268-9).

Abordar grandes causas pelos jornais seria um modo de lutar também pelo carvão e, depois, pelo petróleo. Lobato voltaria dos Estados Unidos imbuído firmemente do propósito de concretizar ideias desenvolvimentistas para o Brasil. Se o primeiro grande problema da indústria nacional era o carvão, combustível básico para o desenvolvimento industrial, o segundo grande problema era o combustível para fazer o transporte funcionar. Em 1935, pelo *Diário de São Paulo*, Lobato retoma o que considerava uma promissora operação comercial abortada: fechar negócio para implantar o hábito de se tomar café na Rússia tendo, em troca, acesso aos recursos do subsolo russo. A recusa do governo brasileiro em participar do negócio se deu pelo silêncio.

Tomando, então, sobre si a responsabilidade de dar ferro aos brasileiros, mediante uma atuação empresarial – ainda mais para alguém que já tivera experiências como empresário – resolve fundar uma empresa metalúrgica. Havia chegado o momento de vir a público por meio dos jornais. Porém, o debate não aconteceria.

A luta que se trava pelo ferro e pelo petróleo deveria ter na imprensa o veículo apropriado para a almejada sensibilização nacional. *O escândalo do petróleo e ferro*, de 1936, traz um conjunto de textos, incluindo artigos, que relatam o embate entre a visão empresarial

lobatiana e os entraves postos pela cúpula política brasileira. No capítulo “Retrospecto”, a seção “Outros países” apresenta dados sobre outras nações em que se encontrara petróleo. Embora amordaçada pelo Estado Novo, a imprensa preocupa os dirigentes políticos que, ao perceberem a evidência de petróleo propiciada pelo empreendimento da sociedade formada sob a direção de Lobato, vêm aos jornais para se justificar perante a opinião pública: “no dia seguinte à chegada ao Rio do telegrama comunicando o feliz resultado das provas em Riacho Doce, o chefe supremo surge na primeira página d’ O GLOBO. Nega a pés juntos. Jura que é mentira” (OEPPF, 1957, p.43). A imprensa é, efetivamente, a arena em que a luta haveria de se travar. Não havia outro espaço para isso.

Últimas notícias de um escritor de *O Estado*

Em “O caso de Alagoas”, Lobato enaltece o esforço de Edson de Carvalho que, associando-se a ele, tem de enfrentar o Departamento Nacional de Produção Mineral que “procura desmoralizar os pioneiros” (OEPPF, 1957, p.49). A vitória do companheiro, Edson, que insistira na perfuração, vira notícia: “A notícia corre. Aflui gente de Maceió. Estabelece-se para Riacho Doce uma romaria permanente. Todos querem ver, cheirar aquele maravilhoso fluido que brota das entranhas da terra. Vai Osman Loureiro. Vão Costa Rego, deputados, jornalistas, estudantes”; as provas estão às mãos de todos: “Todos contemplam a formidável chama que se levanta quando Edson risca um fósforo. O exame mostrou tratar-se de gás de petróleo” (ibidem, p.50).

E o grupo de *O Estado*? Onde estaria a convergência de alma dos sapos? O silêncio ou a vigarice, conforme o problema se apresentava a Lobato mostrava-se inserido num processo de concessões ao regime, num esforço de adequação que iria desembocar no Estado Novo:

a concepção liberal de sociedade está ligada ao chamado “novo liberalismo”, que propõe a condução das massas por uma elite política e que é caracterizado ainda pela perda progressiva dos aspectos mais “democrá-

ticos” do liberalismo clássico e até pela aceitação no limite de um “Estado forte”. (Cardoso, 1982, p.50)

As divergências entre os posicionamentos possivelmente nisso tivessem uma justificativa. Articulista e jornal embatem-se, embora não publicamente, para manterem os respectivos projetos de nação. Isso pode ser visto em carta de 11 de setembro de 1936, ao deputado estadual Nelson de Resende, em que Lobato demonstra os problemas que enfrenta para o progresso do empreendimento petrolífero (CE, 1970, p.201): “Venho agradecer as suas generosas expressões para comigo e, em nome do Brasil, a enérgica manifestação pró-petróleo de sexta-feira. Graças a ela, a solução desse problema deu mais um passo á frente”, qual fosse, o rompimento do silêncio, “o inexplicável silêncio de ‘O Estado de São Paulo’. O seu discurso cheio de firmeza e desassombro desentupiu o grande órgão...”.

Os discursos de Lobato pela prosperidade nacional realmente alcançam o público. A carta¹⁶ de Roberto Liscio, de São Paulo, em 30 de outubro de 1936, aponta para a repercussão das denúncias lobatianas:

Em data de 18 do corrente lendo o jornal “O Correio”, uma reportagem sob o título “Eu quero ajudar o Brasil” prendeu-me a atenção. Aquela figura extraordinária do homem de pele preta e alma nívea calou fundo em minha alma. Precisaria eu ler quanto antes o extraordinário artigo de Monteiro Lobato, o denodado bandeirante moderno, como classificou o deputado Machado Florence [...] na sessão de 10 do mês passado na Assembléia Legislativa. E no dia seguinte, segunda-feira, lá ia eu correndo à redação do “Correio Paulistano”, a procura do jornal do dia 17 de setembro, o qual trazia o artigo “Eu quero ajudar o Brasil”.

Dessa imprensa indecisa viria, em 1941, o comunicado de denúncia envolvendo Monteiro Lobato por crime de injúria: ao tomar o ônibus da tarde para casa, compra uma *Folha da Noite*. Ao abrir o jornal, vê seu retrato na primeira página, ilustrando uma notícia de sensação, a avaliar

16 Cedae – Doc. 3.2.00390.

pelos grandes títulos e subtítulos, como conta o procurado detento do Estado Novo. Ali constava um telegrama da sucursal do Rio noticiando a denúncia feita por Gilberto Goulart de Andrade, procurador do Tribunal de Segurança. Como resultado, três meses de detenção.

A luta travada pelo desenvolvimento nacional deixa algumas marcas perceptíveis, ao menos pelos textos publicados nas “obras completas”, sobre a relação de Lobato com o jornal. A década de 1940, principalmente o pós-1941, não significaria o desaparecimento da crítica lobatiana, antes, a intensificação de sua ironia e desalento com a política nacional.

Em 1946, às vésperas de sua mudança para a Argentina, concede entrevista ao *Diário de São Paulo*. A imprensa, para ele, só é bem usada pelos políticos (PE, 1961, p.136): “– Que coisa difícil e inútil, meu caro! Que adianta ao mundo saber como um certo sujeito pensa em dado momento histórico? Os políticos andam aí a tomar o espaço dos jornais e eles sabem agir. Consultados, dizem o que convém dizer, não o que pensam”. Seria muito mais interessante a experiência de comparar “o que os homens políticos realmente pensam com o que declaram nos jornais. E eu compreendo isso. Nada mais perigoso e inútil do que um homem dizer o que pensa...”.

O afrouxamento das amarras da imprensa a partir de 1945 determinam o desaparecimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1946, responsável pela coerção dos jornais e demais órgãos do jornalismo brasileiro. Um pouco mais animado sobre o assunto, Lobato comenta com Lino, “ex-Cenáculo”, em carta de 2 de novembro de 1945 (CE, 1970, p.280), certo clima de menos tensão no país: “Que sossego está! Que atmosfera de confiança, de certeza de que o Governo não nos está traindo com as patifarias a que se habituara em 15 anos de irresponsabilidade! O ‘Estado’ e o ‘Correio Paulistano’ talvez prestes a voltarem aos seus verdadeiros donos”. Dói, ainda, o que ocorrera com *O Estado*: “Que infâmia, que bofetada em S. Paulo foi a infâmia que a Ditadura praticou com ‘O Estado!’ Nunca houve outra igual”. Assíduo leitor dos periódicos, acompanha os lances políticos: “Acabo de ler os jornais da manhã, e vi a lista dos prováveis interventores” e também está por dentro dos negócios “Lino: vou aproveitar o ensejo para te

pedir uma coisa. Não é emprego. É mandares saber se o Sr. Cecilio Karan, funcionário de 'A Noite', ainda o é e encontra-se aí no Rio”.

O regime ditatorial de Vargas havia deixado uma experiência indelével de cerceamento intelectual. Em 1937, Lobato recebera tratamento hostil por conta da publicação de *Geografia de Dona Benta*. Como demonstra carta¹⁷ de Rubem Braga, de 16 de março, a campanha do *Diário da Noite* contra o escritor começara em 1936: “Agora aconteceu que o Diário da Noite aqui do Rio tem feito uma campanha danada contra você por causa de seu livro ‘Geografia de Tia Benta’ (sic). Acusa o seu livro de anti-brasileiro, de separatista”. De acordo com “Insultos ao Brasil”, (*PE*, 1961, p.227), entrevista concedida para o periódico *Radical*, “em alarmadíssimo artigo no ‘Diário da Noite’ de 13 do corrente alguém denunciara a ‘Geografia de Dona Benta’, publicada o ano passado, como livro deletério, separatista” – diz o repórter. Lobato:

– Trata-se de um trecho em que Dona Benta mostra aos meninos as coisas de S. Paulo vistas ao longe, panoramicamente. Os dois trens apontados são da Central. O articulista do “Diário da Noite” acha tremendamente insultante para o Brasil que a velhinha conte aos netos o que essa estrada de ferro realmente é.

A imprensa com a qual colaborara ao longo de sua vida, nem sempre seria, assim, tão libertária ou progressista como a roda das tardes e noites na redação de *O Estado*. Sua conversa com o entrevistador da *Radical* traz à tona as marcas da América no escritor desiludido com as coisas nacionais (*PE*, 1961, p.234): “a idéia da possibilidade do Brasil unido pelo nexo do ferro e do petróleo dá muita força à fraqueza desse escritor de livros para crianças, que tudo arrosta para criar uma união de fato, à moda americana, pelo desenvolvimento do país, e não pela violência das armas”.

História do mundo para crianças, de 1933, também sofrera ataques do *Diário da Manhã*, como comenta a reportagem do *Diário da Noite* (*ibidem*, p.247):

17 Cedae – Doc. 3.2.00383.

Jornais de domingo publicaram um telegrama de Lisboa em que se dizia que o “Diário da Manhã”, órgão oficioso, pedia, em editorial, a proibição da venda em Portugal do livro de Monteiro Lobato: “História do Mundo para as Crianças”. O assunto era interessante e mesmo sério. Dirigimo-nos á residência do escritor e ali o interpelamos.

A matéria, com o título nas obras completas de “As orelhas de Vasco da Gama”, tratava-se, pois, de mais um cerceamento à obra do escritor, que assim respondia às investidas de opositores brasileiros com o intuito de impedir que o livro fosse publicado em Portugal: “– Ofensas à metrópole? Impossível. Inda agora acabei de rever um exemplar para a quarta edição dessa obra e nada percebi ofensivo a Portugal. Sobre tal livro o almirante Gago Coutinho já gaguejou num longo artigo no ‘Jornal do Comércio’” – artigo que ainda Lobato não lera por achar o texto “um tanto comprido. Mas sei que lá se afirma que o livro comete erros gravíssimos na parte que trata dos descobrimentos lusos”.

Em carta a Coelho Neto, provavelmente de 1938 (*CE*, 1970, p.211), Lobato demonstra as consequências financeiras causadas pela repressão do Estado Novo: “Desconfio que não te chegou a minha, pois na de 15 de junho hoje recebida fazes perguntas já respondidas. Nela eu te dizia que foste com muita sede ao pote; que a linha da UJB não comporta senão águas panadas e em dosezinhas breves”; mesmo com o apoio da União Jornalística Brasileira, órgão que ajudara a criar, “a imprensa, os mil jornais da UJB, uma quitandinha – e em bancarrota, porque com a supressão da liberdade de vender doces que o freguês quer, as quitandeiras tiveram de diminuir a produção – e estão na embira”.

Agora, Lobato é tema para a imprensa, seja como escritor, editor, pioneiro do ferro e do petróleo, seja como o articulista polêmico. A carta de 20 de setembro de 1943, enviada a Mário Donato, traz a seguinte observação (*CE*, 1970, p.252): “Você lavrou um tento com o artigo n’O Estado’. Esperei um tró-ló-ló de camaradagem, como há tantos, e saiu uma coisa substancial... e denunciativa! Você foi ao fundo com o escafandro da análise e até me revelou a mim mesmo”, texto, segundo nota de rodapé, publicado em *O Estado* a 18 do mesmo mês.

Indicado para a Academia Brasileira de Letras em 1944, recusa. Numa carta de 11 de outubro deste ano, a Jaime Adour da Câmara (ibidem, p.271), escreve: “Sim, talvez tenhas razão no caso do ‘conto’ da Academia. Mas como estou muito velho para cair em contos, resolvi o caso com um bom coice, como verás nos jornais de hoje – se a censura não me tapar a boca”. A mágoa da primeira recusa parece não ter passado: “Recusei e esculhambei. Quando eu quis a Academia ela não me quis; agora invertem-se os papéis”. O caso fora notícia em outros periódicos: “Naquela entrevista da ‘Revista da Semana’ eu disse com sinceridade o que pensava da Academia e do imortalismo. Lata e lata vazia. Se depois daquilo me indicaram, foram burros e mercedores do coice. Cansei-me de declarar o meu desprezo pela ABL, em entrevista, artigos, cartas”.

Fora, porém, imortalizado na Academia Paulista de Letras, e é sobre isso a entrevista intitulada “Entrevista ao ‘Correio Paulistano’ sobre a Beca na Academia Paulista”. O tom descontraído e irônico através do texto assume certa metalinguagem sobre o tema “entrevista” desde o início (ibidem, p.241): “A palavra do pai do Jeca Tatu é agora, mais do que nunca, lida e ouvida com grande interesse. Não podíamos, portanto, deixar de procurá-lo para esta enquête. Atendeu-nos, e como de costume escreveu a entrevista”. Escrever uma entrevista, era sintoma de alguém que conhecera o jornalismo a fundo e, em dias de sombra varguista, seria melhor não arriscar: “Diz que não tem confiança na fidelidade dos jornalistas no apanhar seu pensamento. E além disso faz a seguinte recomendação: ‘Aí vai a entrevista como me saiu ao correr da máquina. Faça o obséquio de dizer ao revisor que dispense a colaboração dos tipógrafos’”.

Também pedia que a entrevista fosse publicada na íntegra ou que não fosse publicada. Brinca o entrevistador: “Nesse particular, não faremos nem uma coisa nem outra. Precisamos cortar quatro linhas. Não por partidarismo político, ou por puritanismo, mas porque estragariam o apetite de algum leitor. Ele fala nesse trecho em fisiologia e cita um verso de Terêncio”. Brincadeira que, possivelmente, viesse a amenizar a acidez do entrevistado: “Quanto ao mais, sua entrevista está interessante. Ele sempre foi agradável agora é muito mais. Suas piadas são de um terrível ceticismo. Mas mesmo assim, ou por isso

mesmo, agradam o público”. Para fechar a reflexão do repórter, a lembrança de “Urupês”: “Suas perfidias se vulgarizam, ganham curso. Será que o seu humorismo que no fundo traduz o desencanto ou a melancolia de ‘Urupês’, tem alguma identidade com o estado de alma do público leitor?”.

“O pai de Jeca Tatu não confia no jornalista para as suas entrevistas, mas nós não podemos confiar nele para as nossas perguntas...” (ibidem, p.242): o tom de “blague”, porém, torna-se mais sério quando, em “Monteiro Lobato na Torre de Marfim”, entrevista concedida ao *Diário da Noite*, alfineta (ibidem, p.259): “– Quando vocês, repórteres, me telefonam e pedem entrevista, eu esfrio, porque sei que, depois de me obrigar a piscar com uma explosão de magnésio, me fazem dizer em letra de forma vinte coisas que eu não disse – e dizem de forma muito diversa tudo aquilo que eu realmente disse”. Lobato não poupa o entrevistador de suas críticas mais severas: “– Tanto os jornalistas me traíram que eu tomei a deliberação de andar com a entrevista no bolso, como medida de segurança. – Mas como sabe o que vamos perguntar? Indagará você, eu serenamente respondo”, ao modo científico: “– Meu caro, há duas coisas no mundo que contrariam a lei da evolução definida por Spencer: uma, os nossos circos de cavaleiros; outra, as perguntas dos repórteres. Não mudam. Não evoluem. Eterna e invariavelmente as mesmas”. Nessa entrevista, o escritor mais uma vez faz do próprio jornalismo o assunto da conversa. O repórter entende que o escritor driblava as perguntas, impedindo a evolução da entrevista. Ao encerrar, queria que se registrasse como epitáfio: “Aqui jaz um sujeito que nunca ouviu a hora nacional nem leu a ‘Brasileira’...” (ibidem, p.263).

Certamente, ao longo de sua vida como homem público, Lobato tivera que retificar “erros” dos jornalistas, textos publicados como se fossem declarações dele mesmo, como aparece na carta a seguir, enviada à *Folha da Manhã*:

“Por acaso me chegou às mãos um recorte da “Folha da Manhã”, de 15 do corrente, com um tal telegrama do Rio no qual se transmite uma “entrevista” minha. Li e corei. Desnaturalizações do pensamento, vulgaridades, chatices. E esta coisa que me assombrou: “Finalizando, disse

Monteiro Lobato: vai melhorar tudo no Brasil. Antigamente só elegiam esses sujeitos ossudos, soturnos, ou bojudos, indivíduos horríveis, mal-encarados, convencidos, etc.” Por mais que eu lesse e relesse o recorte inteiro fiquei na dúvida sobre a substância que enche a cabeça desse repórter. Venho, pois, declarar que a tolice não é minha; e a tal entrevista se acha desnaturada, é tão chata e vulgar, que a idéia que me vem é a seguinte: o que acima de tudo precisa melhorar no Brasil é a qualidade dos repórteres de seus jornais. Peço ao Sr. Diretor a inserção desta nota a fim de que meus amigos não fiquem a supor que já estou completamente gagá”. (Cavalheiro, 1955, p.733)

Retificar também é o que faz em carta¹⁸ datada de 6 de fevereiro de 1948, ao *Diário de S. Paulo*, na qual rebate a crítica do jornal em relação a um livro que o escritor dera de presente a Luis Carlos Prestes. Afinal, aos 66 anos, Lobato tornara-se personalidade inconfundível no Brasil:

Meu caro DIÁRIO DE S. PAULO

Uma reportagem sua de ontem me acusou, ou insinuou coisas. Recebe lá a minha justificação. As boas contas fazem os bons amigos.

A grande acusação foi de que ofereci um livro a um amigo. Minha resposta é que a Constituição deste país não proíbe a oferta de livros, nem condena as dedicatórias. Tenho completa liberdade de o fazer e tenho usado desse direito. Creio que em minha vida de escritor e editor já ofereci livros aos milhares, e jamais me passasse pela cabeça que isso pudesse ser censurável e anti-constitucional.

– A questão não é oferecer um livro sobre a história do comunismo russo.

– Meu caro jornal: a mesma Constituição que não me veda oferecer livros também me dá plena e absoluta liberdade de escolha. E como tenho liberdade de escolha tanto posso oferecer um livro sobre numismática, como sobre a história contemporânea. E continuando minha liberdade de escolha, entre os assuntos históricos do momento posso escolher o comunismo russo, que tanto para mim, como para Truman ou Marshall é o

18 Cedae – Doc. 3.1.00202 (folha datilografada, alinhamento à esquerda).

dos mais empolgantes (sic). Note como eles se preocupam com o assunto: Realmente, não há assunto de maior atualidade, e seu eu pudesse oferecia uma história do comunismo a todas as pessoas deste país, para que todas pudessem pensar sobre o assunto com perfeito conhecimento e causa, e não como manda o bispo.

De modo que, meu caro jornal, o “terrível documento” que a Polícia apreendeu não passa de um livro oferecido a um amigo, com dedicatória minha, sobre o assunto da maior atualidade, para que ele o lesse enquanto não aparecia uma obra similar sobre o comunismo no Brasil, o que é ainda prematuro, pois que o comunismo brasileiro até apenas começando, e não dá nem um capítulo de história. Tudo isso, meu caro jornal, coisas absolutamente legais e constitucionalíssimas.

Devo ainda notar uma coisa. Do todo da reportagem de ontem se depreende que sou “comunista”. Muito bem – mas que tem isso? Se tenho tal ou tal idéia, isso é coisa que só me diz respeito a mim, e a mais ninguém. Tenho as idéias que quero, e não me consta que a Constituição o proíba. O belo nas constituições democráticas é justamente isso: - assegurar aos cidadãos a mais completa liberdade de idéias. Tenho o direito de ser comunista, como você tem o direito de não ser comunista. Não cometemos com isso nenhum crime, nem você nem eu. Não infringimos nenhum princípio básico da Constituição; ao contrário, apenas no utilizamos de uma faculdade que ele nos confere. Mas sereis comunista? (sic)

Infelizmente não, meu caro jornal. Apesar das minhas imensas simpatias pelo comunismo russo, pelo qual torço, um obstáculo de consciência me vem impedindo que transforme essa imensa simpatia em adesão.

– Que obstáculo é esse?

– O georgismo. Sou georgista, meu caro. Convenci-me de tal forma das verdades das teorias econômicas de Henry George, que por mais que me esforce não consigo substituí-las pela de Marx, e talvez Marx esteja certo, mas na minha intuição a verdadeira verdade está com Henry George. E justamente, e apenas, por causa do meu georgismo não tive a honra de alistar-me no Partido Comunista Brasileiro, nem entrar na chapa dos candidatos à deputação federal, em 1946. Não entrei para o Partido nem para a Câmara Federal porque seria trair minhas idéias georgistas. De comunista, se lá no fundo do meu coração eu ponho George acima de Marx? Sou muito leal, meu caro. Minha divisa é a que prego para as crianças: aquele verso de Shakespeare “E isto acima de tudo: sê fiel a ti mesmo!”

Certamente a carta de Lobato seria lida pelo redator. Afinal, não era qualquer um. As falências, os empreendimentos sabotados, a viagem ao exterior, de tudo, prevalecia a imagem do escritor “pai do Jeca” e da literatura para crianças. A vitrine, como se deduz, dera certo. Realmente, por meio do jornal Lobato ficara conhecido – e fizera que o público também reconhecesse o veículo no qual tratava dos mais diversos assuntos, divulgava literatura, vendia livros.

Os jornalistas pagavam, então, o preço da espera e da disputa para entrevistar Monteiro Lobato; este, por sua vez, já pagara o preço da imprensa livre e moderna, na qual as informações deveriam fluir mais rapidamente e as várias faixas de público esperavam encontrar, cada uma, seu “Monteiro Lobato”. O escritor está mais exigente com o que publicam, como se nota em carta de 26 de fevereiro de 1948, (ibidem, p.355), a Davi Pimentel, pela qual inicia agradecendo pela carta de 18. Conta que não se achava envolvido com comunistas, a não ser “na opinião de alguns jornais desafetos que não perdem ensejo para ‘perfídias’, como na intimidade eles dizem com grande prazer. Continuo alheio aos ‘ismos’, mas sempre mostrei grande simpatia pelo comunismo e pelo Prestes – coisa que a Constituição não me proíbe de fazer”. Imprensa e poder são colocados no mesmo patamar: “Se esses jornais, ou o governo, ou a Polícia, se implicam com isso, é um direito que lhes assiste e com o qual nada tenho que ver. [...] Não tomo *moto-próprio* um cabresto político, como também não aceito nenhum cabresto que um governo policial me queira impor”; a fusão entre as duas coisas se intensifica nas palavras do escritor: “governo ou imprensa policial, essa que temos aí a nos sujar as mãos sempre que lhes lemos as folhas. Por higiene, só leio ‘O Estado’. Vem daí que não sei o que os percevejos andam publicando a meu respeito. Não leio, não quero saber, não me interessam”.

Em seus últimos dias, entrevistar Lobato era uma aventura. Ainda mais sendo ele alguém conhecedor dos esquemas e caminhos do texto jornalístico. Silva Brito, por sua vez, relata a dificuldade não prevista pelos editores de se entrevistar tamanha personalidade (PE, 1961, p.280): “Decididamente: tenho ‘peso’ com Monteiro Lobato. Jamais consigo dele uma entrevista em ordem. Encontro-o sempre ‘do con-

tra', em oposição a tudo e a todos. Nossa conversa vira debate, não raro discussão – felizmente sem briga de fazer inimidade”. Mas para o jornal e seus leitores nada do que o repórter poderia recolher tinha valor. Não eram palavras objetivas, opiniões prontas. Lobato não se vê mais na obrigação nem com a empresa jornalística, nem com o público. Admite o repórter: “Também, com liberdade de ação só procurei Monteiro Lobato uma vez”. Nas outras, a imagem do entrevistado é que contava, ou o nome Lobato no anúncio de algum editorial: “As outras têm sido em função de certos interesses publicitários, e aqueles que me encomendam o serviço nunca pensam na irreverência do mestre de Urupês e na sua inflexível disposição para falar a verdade, somente a verdade, doa a quem doer”.

O último encontro entre jornalismo e Lobato teria ocorrido em 2 de julho de 1948, quando Murilo Antunes Alves, repórter da Rádio Record “procura-o, para uma entrevista radiofônica” (Cavalheiro, 1955, p.692). Depois de muita insistência, conta o biógrafo, o escritor cede: “Pela última vez opina sobre o petróleo, debate uma porção de assuntos, principalmente em torno da política nacional e internacional. Conta dos seus ceticismos e entusiasmos, diz do grande amor que tem pelas crianças”, confessando até mesmo “o arrependimento por haver perdido tanto tempo escrevendo para gente grande. Desiludido, desenganado, acha que o mundo não tem mais remédio, que tudo está mesmo perdido”. É a última entrevista do jornalista Monteiro Lobato: “A voz vem cansada, a respiração é difícil, mas é com desembaraço que mantém a entrevista até o fim”.

A despeito das desilusões pessoais com os adultos, o legado de Lobato na literatura já estava estabelecido. No jornalismo, não havia sido diferente. Ainda que seu projeto de Brasil não tivesse vingado como desejara, seus textos já haviam entrado para a história do jornalismo paulista e brasileiro. Textos que de uma forma ou de outra ainda conseguem dialogar com o leitor de hoje possivelmente por estarem inoculados de um projeto de país que ainda não se efetivou.